

A mensagem de Praga

MARCUS FARO DE CASTRO*

O festival de manifestações contra a globalização que tem pontilhado o mapa mundial na esteira das reuniões das organizações multilaterais vem gerando reações variadas por parte dos políticos e burocratas que cooperam em prol da atuação do FMI, do Banco Mundial e da OMC. As reações vão desde o puro espanto até os comentários sobre a necessidade de ações mais decisivas no combate à pobreza e à desigualdade, passando pela desqualificação dos manifestantes como bagunceiros sem substância ou como representantes de setores improdutivos das economias ricas. Contudo, o simples fato de os jornais anunciarem que 11 mil policiais estavam mobilizados para proteger uma reunião de um punhado de tecnocratas já denota claramente que algo está muito errado no que os organismos internacionais vêm fazendo em apoio ao que chamam de globalização.

Mas qual a mensagem que nos chega de Praga? É uma barulheira sem sentido, uma espécie de baderna sem qualquer propósito construtivo? Parece mais do que isso. Um *slogan* exibido em cartazes contém uma indicação do conteúdo dos protestos: "pessoas, não lucros", eis o que os manifestantes pedem. Querem a substituição da "cultura do lucro" pelas múltiplas culturas que associam a obtenção do lucro à valorização das pessoas e suas identidades, sejam quais forem. E, por isso, querem uma economia mundial diferente, balizada por uma política econômica diferente, que os tecnocratas ainda não aprenderam a praticar.

Na cultura do lucro, as pessoas são induzidas a agir apenas em função do ganho monetário, mesmo que isso não tenha nenhum outro sentido para a vida. Na cultura do lucro, o valor de tudo tende a ser transformado em preço, e quase tudo acaba ganhando um preço calculável em moeda. Na cultura do lucro, a inflação e as oscilações cambiais são profundamente temidas, já que embaralham os preços e limitam a capacidade de cálculo e conseqüentemente a segurança do controle, via política econômica, de todo o processo de trocas sociais. A tendência da cultura do lucro é destruir o que não pode ser controlado, o que não pode ser medido pelo preço monetário, e a suprimir as atividades que direta ou indiretamente não visem ao lucro. Até o lazer e a produção e o consumo de símbolos, palavras, sons e imagens passam a ter por objetivo reforçar o sistema de geração de lucro. O resultado é que toda beleza, de coisas, pessoas e lugares, se esvazia de sentido, virando alguma espécie de "beleza americana". Não é esse o mundo que os manifestantes de Praga desejam. Ao contrário, querem um mundo das culturas de pessoas e identidades.

Nesse mundo movido pelas culturas de pessoas e identidades, o lucro só é bom quando conduz à obtenção do que não tem preço, isto é, a um conjunto de "bens" não-econômicos que ligue as pessoas, dispensando o uso da coação direta ou ameaçada. E o que esses bens são varia de sociedade para sociedade, e pode variar ao longo da biografia dos indivíduos. Assim, uma roda de samba, uma licença poética, o ambiente de um templo, uma paisagem, um sorriso, uma peregrinação, o respeito a gerações passadas ou futuras podem não ter preço para o modo de viver em uma comunidade. O que os manifestantes pedem é que, a cada indivíduo da comunidade humana, seja garantida a liberdade para escolher o que dá sentido à vida. Essa é a liberdade para escolher o que, para cada um, não tem preço. O que os manifestantes querem, portanto, é que se imponham, por meio dessas escolhas, limites não-econômicos à economia de mercado.

O fato é que essa liberdade de escolha só pode ser assegurada a todos através de uma política econômica reformada, muito diferente da que vem sendo administrada por governos, com o beneplácito dos grandes investidores e sob a orientação das organizações internacionais, desde a Segunda Guerra Mundial. Nessa sua reivindicação, os manifestantes não são loucos a favor de identidades e comunidades que oprimam. Ao contrário, eles ecoam a defesa da autonomia enunciada pelo filósofo Immanuel Kant, quando escreveu ainda no século 18: "Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar". O que os manifestantes não querem é que a humanidade se escravize a um mercado global, que força todo mundo a calcular e a passar a vida sem realmente pensar, sem refletir sobre o que dá sentido à existência de cada um no mundo. As fontes desse sentido não se pagam – elas não têm preço, não podem ser inteiramente calculadas. Mas não tem sido essa visão adotada pelos organismos internacionais da área econômica.

Ora, o Banco Mundial foi criado com a missão de auxiliar na reconstrução dos países devastados pela guerra, e o FMI com a de administrar um mecanismo de empréstimos para a sustentação de um regime internacional de câmbio virtualmente fixo. Por sua vez, o GATT deveria levar à redução de tarifas para liberalização do comércio no mundo inteiro. E esse conjunto deveria permitir que, não por meio de endividamentos e da especulação financeira, mas através da negociação praticada no comércio cada vez mais livre, ocorresse uma gradual acomodação, com a distribuição equitativa de riscos econômicos resultando no beneficiamento de todas as sociedades igualmente. Aqui ainda havia uma esperança de que a política econômica, prevenindo os choques externos das oscila-

ções cambiais, permanecesse a serviço de fins legítimos escolhidos pelos processos políticos nacionais, ainda que vários deles não fossem democráticos. Contra tudo isso reclamaram os eternos perdedores do Sul, que apontavam para as desvantagens sofridas por eles em virtude do padrão de trocas comerciais viesado em favor do Norte.

Todo esse esquema, de qualquer modo, foi atropelado pelos fatos. Por um lado, não se alcançou a liberalização comercial de modo a distribuir equitativamente os riscos econômicos entre países. Por outro, abandonou-se o regime de câmbio fixo supervisionado pelo FMI, passando a haver um papel cada vez maior para a movimentação transfronteiriça de capitais e para a especulação financeira. Ai o FMI e o Banco Mundial se adaptaram ao seu novo figurino – o de apagadores de incêndio –, fazendo dobradinha na administração dos pacotes de ajuste estrutural. E, na política comercial do GATT, legada à OMC, a ênfase passou da redução de tarifas para os temas de "comércio estratégico", envolvendo uma variedade de políticas públicas e incentivos nacionais com efeitos sobre a competição internacional. Apenas recentemente, e de modo ainda muito marginal, se abriu espaço para discutir o peso que deve ser dado, na administração da política econômica, aos bens que não têm preço. Foi aí que começaram a aparecer temas como os do meio ambiente, dos direitos humanos, da sustentabilidade do desenvolvimento, da qualidade de vida.

A chamada "globalização da economia" é o resultado sobretudo de uma política econômica tolerante dos desvarios do capital financeiro no mundo. Essa política econômica se torna um meio poderoso para a propagação selvagem da cultura do lucro, em detrimento da liberdade de escolha, pelos indivíduos e comunidades, do que para eles não tem preço. Isso porque uma das características da política econômica administrada pelo FMI, Banco Mundial e OMC é a ausência de mecanismos institucionais de negociação plural, ou mesmo de competição entre organismos regionais, que dêem voz aos defensores da limitação do mercado com base em valores não-econômicos.

São esses valores, constantemente recriados em sua rica pluralidade, que dão sentido e graça à vida. O discurso dos manifestantes de Praga, portanto, não é sem substância, só não é estreitamente economicista. E talvez não deva ser desprezado por isso. Nem todo lucro é "bom", porque nem toda beleza será americana – eis aí uma parte central do que os manifestantes de Seattle e Praga têm comunicado ao mundo.

*Professor da Universidade de Brasília